

DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

R\$ 11 bilhões no ar

As conversas entre as autoridades sobre o futuro das emendas orçamentárias do antigo orçamento secreto e de comissão ainda não chegaram a um bom termo — e tendem a não fecharem tão cedo. Os parlamentares fizeram chegar aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) que não vão abrir mão da “prerrogativa constitucional” de destinar recursos para obras públicas em suas bases eleitorais. O governo federal, por sua vez, está quieto. Daqui a 11 dias, quando terminam as eleições municipais e o Parlamento volta a funcionar a plenos pulmões, tudo terá que estar definido.

O desafio do PT

Maior agremiação da esquerda, os petistas ainda não conseguiram se entender sobre o corte de gastos a ser proposto pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

A hora das escolhas

O fim de ano será de queda de braço entre governo, leia-se área econômica, e o PT. A contar pela entrevista de Haddad à *Folha de S. Paulo*, Lula não quer e não vai tirar os pobres do orçamento. Porém, terá que enxugar gastos. E até aqui, ninguém quer cortar despesas para ajudar Haddad a fechar as contas.

Santo de casa...

... ainda faz milagre. Pelo menos, na eleição. As pesquisas qualitativas de alguns partidos indicam que levar o ex-presidente Jair Bolsonaro para impulsionar a campanha eleitoral nem sempre é a melhor estratégia. Os líderes locais têm muito mais influência junto aos eleitores.

Partidos querem “balançar” Silveira

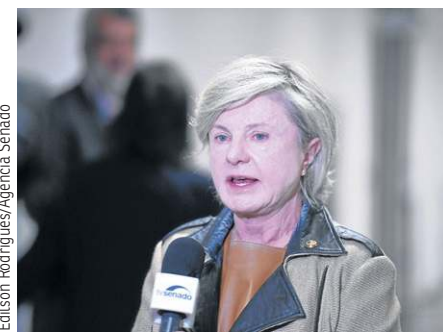


O apagão paulista desses dias não pressiona apenas as autoridades locais. No governo federal, a pressão virá por parte de alguns partidos que já dominaram o setor, caso do antigo PFL, que se tornou DEM e, agora, responde pela alcunha de União Brasil. O grupo que transita na órbita do presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), não vê a hora de conquistar mais espaço por ali. A sorte do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, é que ele tem todo o respaldo de Luiz Inácio Lula da Silva e vem sendo bem avaliado no Planalto. Para completar, o presidente não quer briga com o PSD. Mas, se lá na frente, vier uma reforma ministerial, o União Brasil mais afeito ao governo voltará à carga.

» » »

A vaga que o governo tem aberta na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) está num impasse. Os congressistas do União Brasil, partido que dominou o setor nos tempos dos antigos PFL e DEM, não deseja aprovar o nome proposto por Silveira.

CURTIDAS



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Cerimonial cochilou/ Suplente do ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, a senadora Margareth Buzetti (PSD-MT, **foto**) não foi convidada para a sanção da proposta que aumenta a pena para o feminicídio, de sua autoria.

FPA faz escola/ Deputados e senadores da Argentina, do Uruguai, do Paraguai e do Chile vieram a Brasília especialmente para conhecer o trabalho da Frente Parlamentar de Agricultura. Estiveram no almoço de trabalho da FPA para conhecer o sistema de trabalho das terças-feiras, em que, invariavelmente, analisa os projetos em pauta e traça estratégias.

Não será fácil/ A Frente Parlamentar Pelo Livre Mercado (FPLM) é contra o Projeto de Lei 4603/23, que propõe a obrigatoriedade de 80% de conteúdo nacional nas obras do Novo Plano de Aceleração do Crescimento, o Novo PAC. A FPLM teme que essa medida possa prejudicar a competitividade global do Brasil e elevar os custos de empresas que dependem de insumos não produzidos no país.

À la Lei da Informática/ Parlamentares defensores da livre iniciativa, como a deputada Bia Kicis (PL-DF), consideram que há o risco de o projeto afastar a indústria brasileira de inovações internacionais. Na década de 1980, a lei de informática que tentou proteger a indústria nacional deixou o país atrasado nesse setor.

8 DE JANEIRO Moraes determinou a extradição de 63 brasileiros considerados foragidos que estão na Argentina. País vizinho ainda vai analisar o pedido. O ministro também decidiu pelo retorno, da Espanha, do blogueiro Oswaldo Eustáquio

Ordem para voltar ao Brasil

» >VICTOR CORREIA

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, determinou ontem a extradição de 63 envolvidos nos ataques de 8 de janeiro que estão foragidos na Argentina. Eles são investigados na Operação Lesa Pátria, mas conseguiram chegar ao país vizinho antes de suas prisões pela Polícia Federal. Muitos usavam tornozeleiras eletrônicas e quebraram o equipamento antes de cruzar a fronteira a pé, de carro ou em barcos.

Moraes enviou a determinação ao Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica do Ministério da Justiça, que vai analisar a decisão. Depois, ela será enviada ao Ministério das Relações Exteriores, o Itamaraty, que, enfim, comunicará o governo de Javier Milei. Caberá ao argentino, porém, decidir se fará ou não a extradição.

Os alvos da determinação de Moraes foram identificados pela Polícia Federal estima que até 180 dos suspeitos de participação no 8 de janeiro podem ter fugido do

país para nações vizinhas, incluindo o Paraguai e o Uruguai. A maioria dos identificados, porém, foi para a Argentina.

O Brasil enviou uma lista com cerca de 140 suspeitos para o governo Milei, e recebeu de volta, em junho, os 63 nomes dos alvos da extradição — confirmando sua presença na nação vizinha. Alguns deles já pediram asilo formalmente ao país, o que será analisado pela Comissão Nacional de Refugiados. Nesses casos, qualquer pedido de extradição será suspenso até que transcorra o processo para conceder ou não asilo. Não há prazo para que o pedido seja enviado ao governo argentino, mas a gestão federal tem pressa para garantir a volta dos investigados ao Brasil.

A Argentina foi escolhida pelos suspeitos devido à proximidade entre o ex-presidente Jair Bolsonaro e seus aliados próximos com Javier Milei, na expectativa que o governo argentino negue a extradição ao Brasil e conceda asilo político. Um grupo de deputados federais incluindo Eduardo Bolsonaro (PL-SP), Júlia Zanatta (PL-SC) e Marcel Van Hattem (Novo-RS) viajou para Buenos Aires em maio

Rosinei Coutinho/STF



Alexandre de Moraes determinou a extradição de 63 investigados que fugiram para a Argentina

deste ano e pediu a parlamentares argentinos aliados de Milei que pressionassem pelo asilo.

Em público, porém, o governo argentino afirma que vai analisar,

caso a caso, os pedidos de extradição. Em 19 de junho, questionado durante coletiva de imprensa na Casa Rosada, o porta-voz da Presidência argentina, Manuel

Adorni, negou que haja um “pacote de impunidade” com Bolsonaro. “Não fazemos pactos de impunidade, e jamais faremos com ninguém. É uma questão judicial.

A Justiça tomará as medidas correspondentes quando chegar a hora de tomá-las”, respondeu.

Espanha

Também ontem, Alexandre de Moraes determinou a extradição do blogueiro bolsionista Oswaldo Eustáquio, que está na Espanha e é considerado foragido pela Justiça brasileira. O pedido de extradição segue o mesmo trâmite.

Eustáquio é investigado nos inquéritos das fake news e dos atos antidemocráticos, além de investigado por utilizar as contas de sua filha menor de idade para burlar bloqueios de suas contas bancárias. Ele possui mandados de prisão em aberto. Em 14 de agosto, a Polícia Federal cumpriu mandado de busca e apreensão na casa da família do blogueiro no Lago Sul, em Brasília.

Eustáquio já buscou abrigo em diversos países após fugir do Brasil, incluindo Paraguai, Argentina e Espanha. Ele pediu asilo à Espanha e diz ter proteção como exilado político. Também fez o mesmo pedido ao Reino Unido.

ORÇAMENTO

Governo vai cortar gastos

» RAPHAEL PATI

A ministra do Planejamento e Orçamento (MPO), Simone Tebet, informou ontem que o governo prepara medidas para cortar despesas para manter as regras do regime fiscal. Sem especificar, a ministra disse que há pelo

menos 30 medidas a serem submetidas ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, antes do envio ao Congresso.

Segundo ela, o momento de combater fraudes e erros que remetem à época da pandemia de Covid-19 ficou no ano passado e o governo deve priorizar uma

revisão estrutural. “Não podemos, apenas sobre a ótica da receita, resolver o problema do fiscal no Brasil”, disse a ministra, ao deixar o prédio do ministério da Fazenda, onde se reuniu com o titular da pasta, Fernando Haddad. “Chegou a hora de levar a sério a revisão de gastos. Não é

possível mais apenas pelo lado da receita resolver o fiscal. O arcabouço está de pé. Sem perspectiva de alteração”, completou.

“A ideia é colocar o máximo possível de medidas ainda este ano dentro daquilo que a gente saiba que é possível votar”, afirmou Tebet, completando que no ano que vem haverá “um segundo pacote de medidas estruturantes”.

Tebet destacou que o

governo deve levar para o próximo ano a discussão sobre a revisão de benefícios fiscais, que correspondem a quase R\$ 600 bi de renúncia fiscal, ou 6% do PIB brasileiro. A ideia é reduzir essa perda para apenas 2% nos próximos anos.

“Vai levar 8 anos, 10 anos? Mas ela tem que começar. Essa é uma discussão que também está sendo tratada”, concluiu.

O governo encaminhou no

mês passado a Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025, com a estimativa de zerar o déficit primário das contas públicas. Para isso, foram incluídas no texto algumas medidas como a obtenção de R\$ 166,2 bilhões em receitas extras, provenientes de programas de renegociação de dívidas e da retomada do voto de desempate do governo no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).